

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Empresas pressionam por redução dos subsídios que encarecem conta de luz.....	2
VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Preço da gasolina cai, em média, 4,1% nos postos.....	3
VEÍCULO: Correio Braziliense	4
Título: Setor de energia precisa mudar, sugere Fazenda.....	4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/12/2018****Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Empresas pressionam por redução dos subsídios que encarecem conta de luz**

Energia. Orçamento da Aneel para o ano que vem, que deve ser votado na terça-feira, prevê R\$ 21 bi em subsídios, que são cobrados de todos os consumidores; para associação, volume de recursos está superestimado e poderia ser reduzido para R\$ 13 bi

As empresas estão pressionando para que os subsídios embutidos na conta de luz de todos os consumidores previstos para 2019 sejam menores do que os previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão que regula o setor. A Aneel projeta R\$ 21 bilhões em subsídios, mas a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace) calcula que poderiam ser reduzidos para R\$ 12,5 bilhões.

A Abrace vai defender a redução na reunião da diretoria da Aneel na próxima terça-feira, quando o orçamento será votado. Se as sugestões da Abrace forem acatadas, a conta de luz poderia cair 5% no ano que vem, segundo a associação. Caso o orçamento seja aprovado da forma como está, deve haver um aumento de 2,5% nas contas.

Os subsídios são cobrados por meio de uma taxa na conta de luz e beneficiam diversos grupos de interesse. Na prática, o consumidor residencial paga um valor mais alto para permitir que outros clientes possam ter descontos tarifários. Entre os beneficiados estão agricultores e empresas que fornecem serviços públicos de água, esgoto e saneamento.

Têm direito a esse desconto a cadeia de energias incentivadas, como eólicas e solares, e os consumidores que adquirem essa energia. Também há subsídios para o pagamento do combustível usado em termoelétricas a gás, diesel e óleo combustível no Norte do País, para o programa Luz para Todos, população de baixa renda e produtores de carvão mineral, por exemplo.

O superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, diz que o custo dos subsídios no preço de energia retira a competitividade da indústria. “Subsídios sempre distorcem a economia. É preciso discutir aquilo que deve ser mantido e o que deve ser extinto em termos de política pública”, diz. “Levantamos mais de 15 itens que tiveram o orçamento

superestimado. Não entendo por que a Aneel errou tanto nos cálculos, e sempre para mais.

Qualquer erro traz impactos para a conta do consumidor”, diz o presidente da Abrace, Edvaldo Alves de Santana. Segundo a Abrace, a maior estimativa de gastos contestados é a de despesas com compra de combustíveis por usinas térmicas no Norte do País. Santana disse que a Aneel incluiu R\$ 3,2 bilhões a mais do que o necessário.

O valor calculado considera que as usinas funcionariam 24 horas por dia e sete dias por semana, o que não é usual. Além disso, a conta considera combustível além da capacidade de consumo das usinas. No caso da Tarifa Social, programa de descontos para a população de baixa renda, a Aneel considerou gastos de R\$ 2,51 bilhões, R\$ 500 milhões a mais que o necessário, diz a Abrace.

Para o cálculo, o órgão regulador usou uma taxa de crescimento vegetativo no número de beneficiários, embora a quantidade de famílias com direito ao desconto venha caindo ano a ano. Procurada, a Aneel não se quis manifestar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/12/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Preço da gasolina cai, em média, 4,1% nos postos

Após queixas de motoristas, pesquisa da ANP mostra leve redução dos valores dos combustíveis nas bombas em todo o país

Após muitas queixas dos consumidores em relação aos repasses da redução do preço dos combustíveis nas refinarias da Petrobras, houve uma pequena queda nas bombas nos últimos dias.

Entre 9 e 15 de dezembro, a gasolina foi vendida no Brasil a um preço médio de R\$ 4,365 o litro, uma redução de 4,15% na comparação com os R\$ 4,554 cobrados na semana de 18 a 24 de novembro, de acordo com a pesquisa semanal de preços dos combustíveis da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O óleo diesel, cujos subsídios concedidos pelo governo federal desde maio terminam no próximo dia 31, também vem apresentando redução gradual no preço dos postos.

Na última semana, o litro do diesel era vendido, em média, a R\$ 3,524, preço inferior aos R\$3,566 da semana anterior e 3,45% abaixo dos R\$ 3,650 de 18 a 24 de novembro. A média dos preços do etanol na semana passada era de R\$ 2,821 por litro, contra R\$ 2,834 na anterior.

Em relação aos R\$ 2,908 cobrados na semana de 18 a 24 de novembro, os preços atuais são 3% mais baixos. Já o gás natural veicular (GNV) foi vendido a R\$ 3,054 por metro cúbico na semana passada, contra R\$ 3,045 de 18 a 24 de novembro.

O Estado do Rio tem a segunda gasolina mais cara do país, R\$ 4,83, em média. Só perde para o Acre, onde o litro sai a R\$ 4,952. A mais barata é a do Amapá: R\$ 3,935.

QUEDA NA CAPITAL

No município do Rio, os preços dos combustíveis também vêm caindo. Na semana passada, a gasolina foi vendida na cidade a um preço médio de R\$ 4,801, 3,32% mais barata que no fim de novembro. O diesel caiu quase 4%, e o etanol, 4,8%, na mesma comparação.

A conclusão de um grupo de trabalho da ANP de que não há impedimento legal para a venda direta de etanol por usinas aos postos vem causando críticas entre distribuidores. Eles alegam que a medida pode dificultar a fiscalização do pagamento de impostos e da qualidade do combustível.

Caso a ANP decida autorizar esse tipo de operação por meio de uma resolução, terá de esperar decisão do Ministério da Fazenda sobre a arrecadação de PIS/ Cofins e ICMS, que hoje é feita pelas distribuidoras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data:

Seção:

Autor: Simone Kafruni

Título: Setor de energia precisa mudar, sugere Fazenda

Diante da transição governamental e da necessidade de mudanças no setor energético, a Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel) do Ministério da Fazenda divulgou ontem um relatório no qual apresenta diagnósticos e propostas. Entre as recomendações, estão a revisão dos subsídios

da conta de energia elétrica, a mudança no regime de partilha do petróleo do pré-sal e a revogação da proibição de venda direta de etanol dos produtores para os postos de combustível. A maioria das medidas depende de alteração legal e da implementação de mudanças regulatórias. A Sefel também apontou “preocupação” com a venda de ativos da Petrobras.

No setor de petróleo, as principais sugestões da Sefel vão no sentido de buscar um modelo de comercialização do óleo e gás da União “com menor complexidade burocrática, mais segurança e mais simplicidade” que o de partilha. Para isso, os técnicos da Fazenda propõem que a comercialização seja integrada ao próprio leilão, por aquisição originária do excedente em óleo. Ou seja, ao concorrer pelos direitos de exploração e produção em determinado bloco do pré-sal, as empresas disputariam também o excedente. A exigência de conteúdo local no setor de exploração, conforme a Fazenda, também deve ser revista porque “envolve custos ocultos, dificuldade de acompanhamento, propensão ao lobby setorial e imposição de distorções ao mercado”.

Os técnicos mostraram “preocupação com a possível venda dos ativos de refino e logística da Petrobras” e recomendam que seja acompanhada de “condicionantes que garantam a concorrência no segmento”. Na área de combustíveis, o relatório sugere a revogação das proibições à venda direta de etanol dos produtores aos postos, à verticalização entre segmentos do setor (produção, distribuição e revenda) e à comercialização a revendedor com bandeira diferente da distribuidora. “As propostas vão no sentido de reduzir barreiras à entrada de novos agentes no setor”, justifica o documento.

No setor de energia elétrica, dois assuntos são primordiais, segundo a Sefel: a rediscussão dos componentes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que reúne os principais encargos do setor; e o aperfeiçoamento na gestão do risco hidrológico (GSF) e no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Na CDE, os técnicos da secretaria recomendam a revisão do mérito e destinação dos subsídios existentes e o estabelecimento de um teto de gastos.

Sobre o GSF e o MRE, mecanismos que, segundo a Sefel, não têm sido capazes de reduzir o risco, o estudo avalia que um obstáculo para a melhoria do funcionamento é o papel no sistema brasileiro da Garantia Física (GF), que mistura conceitos físicos (segurança do suprimento), comerciais (limites para contratação) e de gestão de risco (fator de participação do MRE). O relatório destaca a necessidade da desvinculação da garantia física das usinas como limite de contratação para minimizar os efeitos de subsídios cruzados.

MME / ASCOM .